

FERNANDO FREDERICO DE ALMEIDA JÚNIOR
ROSANE CRISTINA DA SILVA

A MULHER NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS E A (IN)EFETIVIDADE DA COTA DE GÊNERO ELEITORAL

BOOK AND
WRITERS 

Livro também disponível na plataforma
www.bookandwriters.com

Londrina/PR
2020


THOTH
EDITORA

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES	5
DEDICATÓRIAS.....	9
AGRADECIMENTO	11
PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1	
BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA MUNDIAL.....	21
1.1 A conquista do voto feminino no mundo: três grandes marcos.....	24
1.2 Dois casos singulares: França e Suíça.....	25
1.3 O movimento sufragista nos Estados Unidos da América.....	26
1.4 O movimento sufragista na Grã-Bretanha	28
CAPÍTULO 2	
A CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO BRASIL.....	33
2.1 Duas vanguardistas brasileiras: Isabel de Souza Matos e Isabel Dillon	35
2.2 O pioneirismo do Rio Grande do Norte.....	37
2.3 A advogada Mietta Santiago.....	38
2.4 Evolução da participação feminina na política brasileira.....	39
CAPÍTULO 3	
PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS NO BRASIL.....	47
3.1 Cota eleitoral de gênero: Lei nº. 9.504/97	50
3.2 Análise sobre a participação feminina nas eleições proporcionais pós minirreforma eleitoral de 2009.....	55

3.3 Impactos da implantação do sistema de cotas nos resultados das eleições proporcionais pós minirreforma eleitoral de 2009 ..	58
3.4 Possíveis causas da baixa participação da mulher na política brasileira	64
3.4.1 A questão do preconceito	68
3.4.2 Por que a cota de gênero tem sido ineficaz no Brasil?.....	69

CAPÍTULO 4

COTA DE GÊNERO E FRAUDE ELEITORAL	73
4.1 A obrigatoriedade da cota de gênero e as chamadas candidaturas “laranja”	76
4.2 Principais dificuldades encontradas na apuração dos fatos e na produção de provas na fraude nas cotas de gênero eleitoral.....	80
4.2.1 Candidatas sem votos	81
4.2.2 Responsabilidade dos candidatos do gênero masculino....	84
4.2.3 As candidatas “laranja”	87
4.3 A questão do Fundo Especial de Financiamento de Campanha	89
4.3.1 O advento da Lei 13.831, de 17 de maio de 2019	94

CAPÍTULO 5

AS DECISÕES DOS TRIBUNAIS.....	101
5.1 Principais decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais.....	102
5.1.1 RE nº. 370-54.2016 – Santa Rosa de Viterbo/SP	106
5.1.2 RE nº. 422-08.2016 – Mendes/RJ	108
5.1.3 RE nº 723-97.2016 – Queimados/RJ.....	109
5.1.4 RE nº. 750-20.2016 – Quissamã/RJ.....	109
5.1.5 RE nº. 1086-05.2016 – Conselheiro Pena/MG	111
5.2 Principais decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	113
5.2.1 O paradigma de José de Freitas / PI: REspe nº. 243-42.2012.....	113
5.2.2 Não reconhecimento de fraude eleitoral na jurisprudência do TSE.....	117
5.2.3 REspe nº 193-92.2016 – Valença do Piauí/PI.....	119

CAPÍTULO 6

UMA QUESTÃO DE DIREITO	123
6.1 Um direito adquirido pode se tornar uma obrigação?	124
6.2 Obrigatoriedade da cota de gênero: uma nova forma de submissão da mulher?	126
6.3 Quando o direito deixa de proteger e passa a favorecer e promover o abuso	132
CONCLUSÕES	137
REFERÊNCIAS	139